

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.305 - AL (2019/0243423-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ESTADO DE ALAGOAS
ADVOGADO : LUIZ CARLOS DA SILVA FRANCO DE GODOY E OUTRO(S) -
AL007080B
RECORRIDO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
INTERES. : JOSIVAL FRANCISCO DE FRANÇA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DEVOUÇÃO E SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NA CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

A questão tratada nos autos - cabimento de condenação em honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual se vincula - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 1.140.005/RJ - (**Tema 1.002**).

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos do art. 543-B do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), justifica o sobrestamento dos recursos especiais, na instância ordinária, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF. Assim, a Corte de origem pode declarar prejudicados os recursos que se oponham a acórdão que se conforma com o decidido pelo STF ou se retratar. Nesse sentido: REsp 1.486.671/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2014; AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal a quo**, com a devida baixa, para que se aguarde o pronunciamento definitivo do STF em sede de repercussão geral, quando então será exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator